

## A branquitude, em fragmentos de um revés, fantasia uma infância do mundo

MARIA DOLORES SOSIN RODRIGUEZ\*

**Resumo:** Queremos refletir de que modo a branquitude - enquanto metáfora do poder, para citar James Baldwin – cria para si, e para os grupos não-brancos, lugares que não se estruturam de forma relapsa ou descompromissada: a branquitude, nesse movimento, visa alimentar o sistema de dominação racista da qual se beneficia secularmente. Para isso, exploraremos, aqui, uma das fábulas desse sistema de dominação que jubjuga as comunidades negras, lendo-as como incapazes de gerência autônoma de suas próprias vidas e de participação lúcida, ativa e determinante na existência e no funcionamento do mundo. Essa quimera também é produtora daquilo que resulta como uma supremacia e, além dos efeitos dessa fabricação, ela também é responsável por ratificar a incapacidade dos outros grupos em detrimento a ela mesma. O efeito disso é, além de uma grande adulteração sobre a vida de outrem, a sua própria sofre com um crasso erro de identificação, já que ela toma a si mesma como o oposto daquilo que transfere como condições intrínsecas de outros grupos.

**Palavras-chave:** hierarquias raciais; branquitude.

### The whiteness, in fragments of a setback, fantasy a childhood of the world

**Abstract:** We want to reflect on how whiteness – as a metaphor for power, to quote James Baldwin – creates for itself, and for non-white groups, places that are not structured in a relaxed or uncompromising way: whiteness, in this movement, aims to feed the system of racist domination from which it benefits secularly. To this end, we will explore here one of the fables of this system of domination that overwhelms black communities, reading them as incapable of autonomous management of their own lives and of lucid, active and determining participation in the existence and functioning of the world. This chimera is also a producer of what results as a supremacy and, in addition to the effects of this fabrication, it is also responsible for ratifying the inability of other groups to the detriment of itself. The effect of this is, in addition to a major adulteration on the lives of others, its own suffers from a gross error of identification, since it takes itself as the opposite of what it transfers as intrinsic conditions of other groups.

**Key words:** racial hierarchies; whiteness.



\* MARIA DOLORES SOSIN RODRIGUEZ é artista, escritora, poeta, professora e pesquisadora. Doutoranda na linha de Teorias e Críticas da Literatura e da Cultura no PPGLITCULT/ILUFBA.

*Estar na casa-grande era um privilégio na visão da maioria, mas Helena não demonstrava gratidão por esta “sorte”. Percebeu que todo e qualquer serviço, por mais ínfimo que fosse, era deles. Os brancos não se mexiam para nada. Eram chamadas para absolutamente tudo – desde mover um copo de cima da mesa para as mãos do senhor até pilar o milho ou a mandioca para fazer farinha. Um trabalho sem fim e sem descanso, temperado com caprichos os mais bizarros e, por vários momentos, cruéis*  
(Eliana Alves Cruz, Água de Barrela, 2018, p. 31).



Frida Orupabo

### 1. Engrenagens

Há, no capítulo “A Experiência Vivida do Negro” de *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), de Frantz Fanon, fragmentos que nos interessam e sobre os quais vamos nos aproximar aqui neste texto. Isto porque nos importa, neste momento, pensar as formas de relação

com o mundo e com o conhecimento que delas emergem, a partir das reflexões sobre como uma história tal se constitui, legando para nós as suas fraturas binárias, colonizadas e, portanto, produtoras de hierarquias raciais com efeitos distintos e metamorfoseados em inúmeros prejuízos para as populações negras.

Nesse sentido, queremos refletir de que modo a branquitude - enquanto metáfora do poder, para citar James Baldwin no documentário “Eu Não sou Seu Negro” – cria para si, e para os grupos não-brancos, lugares que não se estruturam de forma relapsa ou descompromissada: a branquitude, nesse movimento, visa alimentar o sistema de dominação racista do qual se beneficia.

Para isso, exploraremos, aqui, uma das fábulas desse sistema de dominação que jubjuga as comunidades negras, lendo-as como incapazes de gerência autônoma de suas próprias vidas e de participação lúcida, ativa e determinante na existência e no funcionamento do mundo. Essa quimera também é produtora daquilo que resulta como uma supremacia e, além dos efeitos dessa fabricação, ela também é responsável por ratificar a incapacidade dos outros grupos em detrimento a ela mesma. O efeito disso é que, além de uma grande adulteração sobre a vida de outrem, a sua própria vida sofre com um crasso erro de identificação, já que ela toma a si mesma como o oposto daquilo que transfere como condição intrínseca de outros grupos.

Abordando uma espécie de tutela permanente sobre si, Frantz Fanon fala sobre o lugar contínuo em que é colocado:

Repito, eu estava murado: nem minhas atitudes polidas, nem meus conhecimentos literários, nem meu domínio da teoria dos quanta obtinha indulto. Eu reclamava, exigia explicações. Suavemente, como se fala a uma criança, explicavam que era a opinião de algumas pessoas apenas,

acrescentando que “era preciso esperar seu rápido desaparecimento”. De que estávamos tratando? Do preconceito de cor [...] Era a raiva; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça” (FANON, 2008, p. 109-110).

Murado, emparedado como Cruz e Souza<sup>1</sup>, Fanon explora a existência negra a partir da experiência do impedimento, da interdição e da infantilização. Nesse último aspecto, centro da nossa discussão, observamos que há, ao mesmo tempo em que se imputam classificações como “violento”, “raivoso”, “voluptuoso”, uma definição que nos interpreta como seres que inspiram compadecimento. É necessário tomar a frente da situação porque, ora, as pessoas negras não sabem como fazê-lo. É preciso agir como se age com uma criança, que não sabe de nada e que necessita de ajuda. Já em outra passagem deste mesmo capítulo, o autor diz ainda:

[...] Claro, de vez em quando diziam-me também: “Quando estivermos cansados da vida em nossos arranha-céus, iremos até vocês como vamos às nossas crianças... virgens... atônitas... espontâneas. Iremos até vocês que são a infância do mundo. Vocês são tão verdadeiros nas suas vidas, isto é, tão folgados... Deixemos por alguns momentos nossa civilização cerimoniosa e educada e debrucemo-nos sobre essas cabeças, sobre esses rostos adoravelmente expressivos. De certo modo, vocês nos reconciliam com nós próprios”. (FANON, 2008, p. 120).

É assim que Fanon narra as investidas de pessoas brancas sobre quem ele é. No

pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça” (CRUZ E SOUZA, 2008, p. 632).

<sup>1</sup> “Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre

entanto, ele nega, peremptoriamente, a suposição de um primitivismo e de uma natureza tipicamente negra que ele deveria ter, ser e exalar. Observamos essas formas cristalizadas que veem em nós a infância do mundo quando examinamos, por exemplo, o lugar de comicidade associado a atores negros na dramaturgia brasileira, como foi explorado brilhantemente nas obras filmicas “A Negação do Brasil” (2000), de Joel Zito Araújo e “Tudo que é Apertado Rasga” (2020), de Fabio Rodrigues: ambos, filmes do cinema negro que interrogam as cristalizações em relação a construção de narrativas e imaginários nacionais.

Fica ressaltado, nesta última, o teor absurdamente melancólico salientado por coisas que são ditas repetidas vezes pelas bocas das personagens, fazendo uma reconstrução histórica, a partir de entrevistas datadas dos mais diversos anos, em que atrizes e atores aparecem repetindo a potência de suas existências negras e a briga travada há tanto tempo pelo simples reconhecimento de nossas humanidades. Foco, aqui, o olhar triste de Grande Otelo que diz ter querido montar peças de cunho não-cômico e que não conseguiu porque, isso ele não diz, mas fica evidenciado pela própria forma como Rodrigues escolhe narrar a experiência negra no áudio-visual brasileiro, o mundo branco, detentor majoritário dos meios de produção no cinema, não permitia que ele saísse do cercado de seus desejos e aspirações para os nossos corpos.

Volto mais uma vez ao documentário “Eu Não sou Seu Negro” para destacar a forma enfática com que Baldwin diz que os Estados Unidos precisavam encarar as circunstâncias de subjugação, negação e violência apontadas por ele, porque o problema não era do negro, o problema era dos Estados Unidos, como o país

decidiria ser. Em outras palavras, é como Hélio Santos sempre diz: “O Brasil do futuro depende do destino da família negra”. Questionaria, nessa afirmação, talvez, o uso do conceito de família que carrega em si as suas questões e esquinas de contraditoriedade. No entanto, é evidente, a partir das leituras que fazemos sobre essa fala do professor e militante histórico do movimento social negro, que ele está dizendo da inseparabilidade entre o que é o Brasil e o que significam as populações negras que o habitam. Santos está nos dizendo, também, sobre os entremeios da negação de uma cidadania e seus efeitos.

Insistindo nessa reflexão, ainda, existe uma análise feita sobre a cultura, no geral, como algo desimportante e a cultura negra, em específico, como um entretenimento alienado, facilmente aprisionável, que seria produto dessa inocência infantil - como aponta Fanon: “esses rostos adoravelmente expressivos”. A cultura negra é lida, não em raras circunstâncias, como resposta inocente das pessoas negras à complexidade de suas existências. É como se fôssemos inocentes o bastante para termos produzido a capoeira e o jazz em resposta alienante diante da colonização e da escravização.

Fica evidente, nessa forma de entender as coisas, que capoeira, jazz, samba e outras expressões culturais e artísticas negras são praticamente ilegíveis para essas pessoas que não enxergam, nessas tecnologias e expressões epistemológicas negras, as suas complexidades. Como fato ainda mais concreto dessa concepção e para uma mirada mais próxima da sua dimensão, que tem graves desdobramentos, vemos o Código Penal Brasileiro que, por exemplo, trazia a capoeira como contravenção penal. Há alguma jocosidade nisso, haja vista que, além do

absurdo em que se sustenta, isto é, a criminalização dos corpos negros no pós-abolição, há também algo que podemos afirmar sobre a leitura da capoeira e do samba como coisas de baixa elaboração intelectual, sem enxergarem comprometimentos filosóficos e até mesmo cosmogônicos no modo como a interdição jurídica foi elaborada.

Existe um entendimento também pasteurizado sobre a infância como um momento inferior na escala de uma suposição evolucionista da qual a vida daria conta. Juntamente com as pessoas idosas, essa sociedade dá pouco crédito a esses lugares de pertencimento, formulando entendimento a partir de um etarismo reducionista.

Ser uma pessoa negra, então, dentro dessa estruturação de tantas camadas problemáticas, seria entendido como ser uma pessoa tola, rasa, sem complexidade e sobre a qual sempre é preciso desconfiar. Em última instância, a conclusão é que a humanidade também é suprimida quando olhamos para um grupo e aferimos que ali não há diversidade alguma, apenas a repetição de características já percebidas como essenciais e intrínsecas, levantando muros e paredes para cercar e sufocar as pessoas negras em lugares fixos de designação.

Em sua tese de doutorado, Sueli Carneiro aborda isso, fazendo referência a essa construção de muros como interdições ao sujeito negro:

[...] Como já apontamos em relação ao ôntico de Heidegger, o dispositivo de racialidade opera a redução e/ou a negação dos “eus” na dinâmica das relações entre a diversidade humana. A multiplicidade de identidades que entrecortam os indivíduos, contemporaneamente ditadas por

suas diferentes inserções ocupacional, de gênero, de classe etc., deaparecem quando adentra o negro. O negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do profissional, o negro chega antes do gênero, o negro chega antes do título universitário, o negro chega antes da riqueza (CARNEIRO, 2005, p.131-132).

Essa comunidade infantilizada, na pior acepção do termo, que a branquitude deseja fazer existir apenas mediada pelo seu olhar, ocupa um lugar folclórico dentro das identidades nacionais. Quando pensamos a construção dessas identidades, vemos que elas apelam para as culturas não-brancas e não-europeias como verdadeiras determinadoras da sua própria existência, mas retiram as adjetivações que localizam a origem desses elementos formadores – no Brasil, o samba e a feijoada, por exemplo; na Argentina, o tango. Essas manifestações negras viram manifestações nacionais e, portanto, são pausterizadas e compreendidas como neutras, haja vista o apelo nacionalista ser um dos grande responsáveis por uma vontade de perpetuação da farsa da democracia racial.

Pensando nessa pilhagem epistêmica (FREITAS, 2016), Patricia Hill Collins, por seu turno, discutirá no artigo “Como Alguém da Família: Raça, Etnia e o Paradoxo da Identidade Nacional Norte-Americana” - publicado no Brasil em 2007 na Revista Gênero, com tradução de Maria Isabel de Castro Lima - como o lugar da população negra no contexto estado-unidense não é exatamente de uma exclusão, mas de uma contenção:

A família opera como uma ferramenta ideológica que tanto constrói quanto mascara as relações de poder. [...] Na sociedade estadunidense, onde a família e a linhagem racial são, há muito,

usadas para distribuir direitos e obrigações sociais, nascer em uma família branca ou negra continua sendo de importância vital (COLLINS, 2007, p. 29).

O nacionalismo étnico e a hierarquia de classe são racializados. Segundo a autora, as mulheres são associadas ao espaço doméstico e, por isso, privado. Desse modo

[...] Da mesma forma que uma esposa espancada e o abuso físico e sexual infantil tornam-se parte do “segredo” de famílias, também o é a natureza da rotina, da violência contra as mulheres, os gays, as lésbicas e as crianças dentro dos diferentes grupos raciais e étnicos no seio da família nacional americana (COLLINS, 2007, p. 46)

Assim, dentro da família nacional estado-unidense, os não-brancos são identificados como intrusos. Mais uma vez, a figura da criança aparece em lugar de fragilidade. Hill Collins deduz, então, que “[...] os negros domésticos e os povos nativos tornam-se iguais as suas esposas e /ou filhos no seio da família”. Como sujeitas sem agência, pessoas negras nascidas dentro da família nacional não são estrangeiras, mas intrusas. Além de serem vistas como pessoas que não têm cidadania plena, são também colocadas como hierarquicamente inferiores e desimportantes nas ações políticas efetivas, não são vistas como agentes políticos.

## 2. Conspirações

Produzindo a subalternização, a branquitude também opera como centralizadora do discurso científico hegemônico. Pensando nessa categoria como salienta o autor Lourenço Cardoso: a branquitude aparece como dispositivo analítico. No texto de título “A Branquitude Acadêmica, a

Invisibilização da Produção Científica Negra e o Objeto-Fim”, podemos inferir que ele também realoca o local da infância de algum modo quando argumenta, a partir dos construtos sociais que formam as categorias negro e branco:

O lugar do mestre? Lugar do branco. O lugar do aprendiz? Lugar do negro. No que se refere ao lugar do negro enquanto aprendiz? O negro seria o aprendiz impossibilitado de ser mestre, ou o aprendiz que somente tem a função/ obrigação de ensinar o aprendiz a permanecer em sua condição subalterna (CARDOSO, 2018, p. 298).

O lugar do infante também é associado ao lugar do aprendiz. Ser aprendiz é uma condição de proporções grandes de possibilidades. No entanto, essa também é uma sociedade que descaracteriza esse lugar. É como se ser um aprendiz fosse um demérito. Essa tem sido, inclusive, a postura de alguns intelectuais acadêmicos. Em outros espaços de ensinagem e aprendizagem negros, ser aprendiz é condição indissociável de ser mestre. Um mestre de capoeira, por exemplo, por mais experiente que seja, sempre será um aprendiz que não se escusará de repetir e cantar a importância de seu mestre: “iê, viva meu mestre, camará”.

No livro *Você Pode Substituir Mulheres Negras Como Objeto de Estudo por Mulheres Negras Contando Sua Própria História* (2019), a autora Giovana Xavier analisa o que ela chama de disputa sobre os sentidos do que é a academia. Na seção “#escrevivênciaacadêmica”, depois de trazer dados de pesquisas que mostram que mulheres negras constituem menos de 0,4% daquelas pessoas que atuam em programas de pós-graduação no Brasil e que menos de 0,1% das bolsas de incentivo à pesquisa na carreira do magistério superior são

destinadas para elas (dados do Centro Nacional de Professores da Educação Superior e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico respectivamente), Xavier pensa sobre os impactos disso, sobretudo, para os milhões de estudantes das universidades públicas do Brasil: “Menos do que resposta ao racismo institucional, essa nova epistemologia insere-se no desafio de colocar em prática projetos acadêmicos autônomos aos referenciais da ciência hegemônica” (XAVIER, 2019, p. 77-78).

Assim, na correlação entre essas duas elaborações, a de Lourenço Cardoso e a de Giovana Xavier, podemos observar os lugares de recepção das obras de intelectuais brancos que falam sobre negros no Brasil. Não é apenas sobre a tão temida proibição que se apossaria sobre a vida e decisões de pessoas brancas, mas o assustador efeito que essas publicações acabam tendo. Algumas dessas obras, por exemplo, figuraram entre as mais vendidas no ano passado. Esses números dão a entender que essas pessoas brancas seriam, então, se não especialistas na história do negro, as pessoas mais indicadas para falarem sobre o tema ou que melhor falam sobre ele (por alguma razão misteriosa talvez?).

Nesse ponto, cabe trazer novamente o texto de Cardoso: “A produção científica negra e a prática pedagógica que permitem o acesso a uma literatura antirracista gera desconforto. Por isso a intelectualidade negra não convém ser conhecida [...] (CARDOSO, 2018, p. 300)”.

bell hooks<sup>2</sup> nos coloca diante de uma constatação, expondo o que estamos

discutindo a partir da noção de autoridade:

Mesmo essas ditas “autoridades” que escrevem sobre um grupo ao qual não pertencem e/ou sobre o qual exercem poder sejam progressistas, cuidadosas e corretas em todos os sentidos, enquanto sua autoridade for constituída tanto pela ausência de vozes de indivíduos cujas experiências elas buscam abordar quanto pela rejeição dessas vozes por sua desimportância, a dicotomia sujeito/objeto é mantida e a dominação, reforçada. Em alguns casos, o indivíduo que deseja ser percebido como “a autoridade” pode chegar ao extremo de enfatizar aos leitores, por exemplo, que está escrevendo a partir da perspectiva dela como uma mulher branca sem nenhuma intenção de diminuir a experiência da mulher negra ou o nosso direito de contar nossa história. Dada a estrutura da supremacia branca, a versão dela, a perspectiva dela sobre nosso passado, pode ser vista como mais legítima do que trabalho similares feitos por mulheres negras (HOOKS, 2019, p. 100 – 101).

Fica bastante em evidência nos textos citados que, se as pessoas negras estão subjugadas à uma posição, a uma relação social na qual elas não podem simplesmente optar, pois o racismo existe à nossa revelia, as pessoas brancas, por seu turno, também estão aprisionadas em suas posições e, enquanto a estrutura não for modificada de forma radical, pessoas brancas serão as signatárias da supremacia da qual acabam por se beneficiar.

Como bell hooks e Lourenço Cardoso acabam concluindo, a primeira a partir da citação acima e o segundo a partir do que ele chama de objeto-fim, é

<sup>2</sup> A autora optou por ter seu nome grafado em letras minúsculas.

aparentemente difícil para a branquitude reconhecer que está em um lugar que a impede de realizar suas ações, por maior boa vontade que esteja envolvida nisso, sem se beneficiarem delas de alguma forma.

Quando pensamos no verbo tutelar, podemos elaborar seu significado a partir da compreensão da disparidade de posições. Normalmente, essas posições díspares se estabelecem através de uma ordem hierárquica. A manutenção de uma hierarquia é imprescindível para que pessoas brancas sigam fantasiando sobre aquelas que julgam ser a infância do mundo, mas

[...] apesar de tudo, recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo, verdadeiramente uma alma profunda como o mais profundo dos rios, meu peito tendo uma potência de expansão infinita. Eu sou dádiva, mas me recomendam a humildade dos enfermos... Ontem, abrindo os olhos ao mundo, vi o céu se contorcer de lado a lado. Quis me levantar, mas um silêncio sem vísceras atirou sobre mim suas asas paralisadas. Irresponsável, a cavalo entre o Nada e o Infinito, comecei a chorar (FANON, 2008, p. 126).

### 3. Fabulações

A tutela branca em decorrência da sua condição hierárquica social, que atua na manutenção de lugares de vantagem, assim como a transformação das pessoas negras na infância do mundo, são análises que nos apontam para o seu lugar de construção paternalista. Para garantir que o seu posicionamento seja lido como bom e justo, a branquitude precisa acreditar muito fortemente que está mesmo empossada de um lugar de autoridade produzido por uma essência que seria elevada e beneficente. Assegurando as bases religiosas que

serviram de álibe para a colonização e a escravização, por exemplo, as estruturas que dizem respeito às hierarquias raciais crescem a partir das certezas construídas nesse âmago da moral cristã.

Na obra *Por que eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça*, a escritora Reni Eddo-Lodge discute sobre a questão do privilégio branco dizendo: “Como posso definir privilégio branco? É tão difícil descrever uma ausência. E privilégio branco é a ausência das consequências negativas do racismo [...]” (EDDO-LODGE, 2019, p. 81). Ao que ela acrescenta:

Para alguns, a palavra “privilégio”, no contexto da branquitude, invoca imagens de uma vida habituada ao luxo, aproveitando os mimos dos super ricos. Quando falo de privilégio branco, não quero dizer que as pessoas brancas tenham uma vida fácil, que nunca tenham lutado ou que nunca tenham vivido na pobreza. Mas o privilégio branco é o fato de que, se você é branco, sua raça quase certamente afetará positivamente a sua trajetória de vida de alguma forma. E você provavelmente nem vai perceber. (EDDO-LODGE, 2019, p. 82).

Assim, a falta de debruçamento sobre as hierarquias raciais pensando nos lugares produzidos para as pessoas brancas é pensar a partir de uma falta, um erro absoluto que não nos leva a um entendimento honesto sobre essa questão. O paternalismo branco é construído a partir da fixidez de um padrão de masculinidade que exerce a função paternalista, que a produz como o lugar de execução da hegemonia falocêntrica que institui e congela o lugar do homem, pensando o modo hegemônico com que ele é apresentado - usando ainda a ideia das relações familiares, como argumenta Collins,

para entender a dimensão das hierarquias raciais, a branquitude seria, então, o pai.

Nas palavras de Abdias Nascimento, a mentira e a dissimulação serviram, e servem ainda hoje, para a manutenção desse lugar benevolente do branco. Constituído enquanto mito, o senhor branco benevolente, que ocuparia o seu lugar paternalista, serviu como justificativa para a afirmação de que a escravização tinha um propósito sublime ou de que esse processo no Brasil havia se dado de modo mais brando:

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade (NASCIMENTO, 2017, p. 59).

E ainda:

[...] Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém, todas essas e outras dissimulações oficiais não conseguiram encobrir a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista. (NASCIMENTO, 2017, p. 60).

A suposição de inferioridade das populações negras seriam, então, o testemunho que atuaria como força defensável da escravização e da colonização. E também do paternalismo.

À guisa de conclusão, Abdias Nascimento diz: “Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constitui outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda a sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (NASCIMENTO, 2017, p. 63).

Retomando o filme inspirado na obra de James Baldwin, sobretudo no tocante ao que seu título enseja e no que a realização filmica afirma, “eu não sou seu negro”, pode ser importante pensar no caso recente de escolha de candidatura para a prefeitura da cidade de Salvador pelo Partido dos Trabalhadores, quando uma mulher negra foi escolhida por dois homens brancos como sendo a candidata do partido para as próximas eleições.

Mais uma vez, o que parece estar operando aqui são as compreensões sobre o verbo tutelar. Há paternalismo na escolha. Ao contrário do que aconteceu com a pré-candidata Vilma Reis, que construiu uma pré-campanha de modo não hierárquico, descentralizado e articulado com o movimento negro e com os movimentos de mulheres negras de todo o país e de fora do país, além de outros movimentos sociais, a candidata escolhida não possuía enraizamento em movimentos sociais, apesar de representar um movimento de proteção à mulheres vítimas de violência doméstica, de dentro da corporação que mais mata pessoas negras no Brasil.

Ela era a representação da vontade e do desejo de homens brancos que a escolheram na chave da infantilização de nossos corpos, pois ficou evidente que o que importava ali não era o desejo do povo, mas os desejos deles próprios que, em seus papéis de tutores e em tutelação, podem intervir por meio do corpo dessa mulher negra que se associa a eles. É cruel pensar que haveria nela

uma despersonalização ou uma natureza infantil que se deixou dominar, todavia não sabemos os pactos secretos que ela assumiu para aparecer como representante da vontade da branquitude.

O que esse acontecimento expressa, porém, é a forma de atuação dos partidos de esquerda no Brasil que, embora tenham sido construídos com a mais aguerrida atuação da população negra, ainda operam a partir de princípios paternalistas que expressam assistencialismo racista e introjeção da reprodução de uma política branca, centrada na figura de “pais”, “protetores”, “mestres que não são discípulos” – expressões que afirmam a natureza da política partidária fincada na dominação masculina e na crença ultrapassada no sujeito: esse indivíduo produzido pela modernidade escravagista ocidental.

A crença de que o povo também seria um filho que precisaria de um pai para prover as suas necessidades; o filho que não é um agente ativo, não é um sujeito político, mas dependente e submisso à vontade dessa figura branca e masculina.

#### 4. Desvelamentos

Em sua dissertação de mestrado, ““Como se fosse da família”: o trabalho doméstico na assembleia nacional constituinte de 1987”, Gabriela Pires Ramos analisa a presença ostensiva de mulheres negras ocupando a função de trabalhadoras domésticas:

O trabalho doméstico no Brasil é caracterizado pelas repercussões desse padrão de poder, tendo a escravidão como modelo de relação social que se perpetua mesmo após a abolição no campo da legalidade. Deste modo, recuperando a definição do DIEESE e GRPE sobre o trabalho doméstico ser uma ocupação tipicamente feminina, argumento que seja uma ocupação

de mulheres negras. Essa definição é importante para desvelar possíveis razões pelas quais essa categoria teve seu reconhecimento institucional retardado, marcado por silêncios ou distinções jurídicas negativas (RAMOS, 2018, p. 38).

Tendo em vista o cenário atual, a partir das determinações de isolamento social em face da derrocada pandêmica que se apresenta, constatamos mais uma vez as condições precárias em que essas trabalhadoras se encontram, muitas tendo o direito de permanecer em suas casas negado. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para os modos de vida escravagistas da branquitude brasileira. Muitos são os relatos sobre como muitas pessoas, da chamada classe média brasileira, estão realizando as tarefas domésticas de suas próprias casas pela primeira vez.

Um revés – a pergunta fundamental aqui seria:

Quem se constitui, então, como a infância do mundo?

#### 5. O passado nos questiona

A epígrafe que abre esse texto foi retirada, como indicado, do livro *Água de Barrela*, de Eliana Alves Cruz. A autora remonta a história de sua própria família, desde o continente africano, passando pela cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano e também a cidade do Rio de Janeiro. Os questionamentos que as personagens fazem lá e aqui na citação abaixo nos servem de conclusão – como se o passado nos interrogasse:

Na África, um escravo não era aquilo. Trabalhava muito, certamente, mas não era o responsável exclusivo por todas as tarefas de uma propriedade, e a pessoa poderia escapar dessa condição se casasse com alguém da família – os senhores eram obrigados a aceitar -, e os filhos dos

escravos não seriam mais escravos. A terra pertencia a um grupo e era sagrada. Para ele, aqueles brancos não sabiam como tratá-la, como acarinhá-la e extrair dela o que tinha de melhor. Nunca faziam as oferendas e só reverenciavam a uma cruz e umas imagens que ficavam dentro de uma casinha branca perto da casa dos senhores, em cerimônias oficiadas por sacerdotes parecidos com aqueles que viram na chegada. (CRUZ, 2018, p. 31).

Sem desejar colocar um ponto final em tudo que foi elaborado, a citação da autora aparece como uma espécie de charada talvez.

Este texto foi construído como uma sequência de portas que foram abertas para lugares ainda desconhecidos. Essas portas não revelam soluções ou sequer nos deixam entrever os conteúdos múltiplos e complexos de cada cômodo. Mas, diante de uma proposta de reversão do nosso olhar sobre as funções assumidas por pessoas negras e brancas no campo social brasileiro, este trabalho também constrói janelas, por onde vemos as multivocalidades de análises e de suportes possíveis para observações que não residem apenas em perspectivas disciplinares únicas e isoladas em si mesmas.

Buscando uma elaboração que não hierarquiza os conhecimentos aqui trazidos e, junto com Fanon, negando a existência de uma natureza que seja intrinsecamente negra, nossas observações e análises passeiam por corredores de dados, fatos e pensamentos dos mais diversos gêneros.

Se interpondo com a construção do conhecimento, pensando a branquitude e as pessoas negras dentro do funcionamento do mundo, propomos, junto com Eliana Alves Cruz, a resignificação das instâncias de delimitação da vida de pessoas negras e

brancas. Esta é a centralidade desta produção, propor uma nova forma de olhar, de ver, pensar-sentir, a partir de uma epistemologia negra e tudo que ela comporta – sem negarmos que ainda há um colonial e um escravagismo que opera fortemente na nossa relação com o real.

Este trabalho é uma chamada para olharmos de novo o que já vimos, mas de modo diferente. Aceita o convite desta dança?

### Referências

- A NEGAÇÃO do Brasil. Direção: Joel Zito Araújo. São Paulo, 2000. DVD.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARDOSO, C. Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objeto-fim. In: **130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser** (tese). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. **Como Alguém da Família: Raça, Etnia e o Paradoxo da Identidade Nacional Norte-Americana**. Revisa Gênero. Tradução de Maria Isabel de Castro Lima. Niterói, volume 8, número 1, p. 27-52, 2007.
- CRUZ, Eliana Alves. **Água de Barrela**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- CRUZ E SOUZA, João da. **Obra completa: poesia**. Organização de Lauro Junkes. Jaraguá do Sul: Avenida, 2008.
- EDDO-LODGE, Reni. **Por que eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça**. Traduzido por Elisa Elwine. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- EU não sou seu negro**. Direção: Raoul Peck. Produção de Rémi Grellety e Hébert Peck.

França, Estados Unidos, Bélgica e Suíça: Magnolia Pictures e Amazon Studios, 2016. DVD.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREITAS, Henrique. **O arco e a arkhé: ensaios sobre literatura e cultura**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2016.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.

RAMOS, Gabriela Batista Pires. **“Como se Fosse da Família”**: o trabalho doméstico na

**Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988** (dissertação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SOUSA, João Cruz e. **Obra completa: prosa**. Org. e estudo por Lauro Junkes. Jaraguá do Sul: Avenida; 2008.

**TUDO que é apertado rasga**. Direção: Fábio Rodrigues. Bahia, 2019. Disponível em: <[http://portacurtas.org.br/filme/?name=tudo\\_qu\\_e\\_e\\_apertado\\_rasga](http://portacurtas.org.br/filme/?name=tudo_qu_e_e_apertado_rasga)>. Acesso em 06 de maio de 2020.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

Recebido em 2020-05-11  
Publicado em 2021-01-01